
Comunicação como ferramenta de resistência em comunidades tradicionais¹

Mariana REIS²

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

A utilização de tecnologias digitais para atacar os defensores ambientais – incluindo muitos líderes indígenas e mulheres – faz parte de um continuum de violência que inclui desinformação direcionada e táticas de difamação, vigilância e ameaças de morte. Pesquisas sugerem que os ataques online não visam apenas os defensores ambientais e do clima, mas também as suas famílias, amigos e colegas – criando um efeito inibidor nas suas comunidades. A referente pesquisa que se inicia em 2024 é coordenada no Brasil por organizações em rede das regiões Norte e Nordeste do Brasil e busca não só realizar atividades de formação em temas-chave nas comunidades impactadas, bem como aprofundar estudos de caso e gerar subsídios para que as próprias comunidades possam realizar ações concretas de enfrentamento e resistência em seus territórios de atuação.

PALAVRAS-CHAVE

TICs; comunicação; redes; comunidades tradicionais

CORPO DO TEXTO

A utilização de tecnologias digitais para atacar os defensores ambientais – incluindo muitos líderes indígenas e mulheres – faz parte de um continuum de violência que inclui desinformação direcionada e táticas de difamação, vigilância e ameaças de morte. A desinformação baseada na identidade étnica e de gênero e as táticas de difamação afetam desproporcionalmente as mulheres defensoras, e pesquisas sugerem que os ataques online não visam apenas os defensores ambientais e do clima, mas também as suas famílias, amigos e colegas – criando um efeito inibidor nas suas comunidades.

A violência contra os defensores ambientais, sobretudo aqueles que integram comunidades indígenas e tradicionais, têm aumentado nos últimos anos, mesmo quando os governos se comprometem publicamente a garantir sua proteção. A violência sofrida pelos defensores ambientais é cada vez mais facilitada pelas tecnologias e causa danos

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Vice-coordenadora do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local. E-mail: paramarianareis@gmail.com

aos defensores e às suas comunidades, afetando a sua utilização da tecnologia para incidência política, ativismo e aprendizagem.

Apesar dos esforços para monitorar a violência facilitada pelas tecnologias contra os defensores ambientais, permanecem muitos desafios em termos de subnotificação, especialmente em relação aos ataques enfrentados pelas mulheres. Muitos dos locais onde os conflitos ambientais são mais comuns são regiões isoladas e remotas. Nessas áreas, a documentação dos casos é difícil e os meios de comunicação social e a sociedade civil organizada estão menos presentes.

No entanto, algumas comunidades também utilizam as tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a sua proteção e seu ativismo, demonstrando que a tecnologia em si não é o problema, mas sim como é utilizada. É, portanto, fundamental compreender as relações dessas comunidades com a tecnologia, o acesso à internet, os usos que fazem da internet e das TIC de forma mais ampla, bem como outras fontes de informação que utilizam e o panorama midiático nos seus contextos.

As TICs são cada vez mais necessárias para chamar a atenção para as lutas contra a destruição ambiental, a poluição e o extrativismo, e para que as comunidades monitorem as suas terras e territórios e evitem a mineração ilegal, entre outras ameaças. No entanto, a adoção das TICs e o aumento da mediação do ativismo ambiental pela tecnologia também colocam desafios significativos.

A violência facilitada pelas tecnologias contra os defensores ambientais é um problema crítico para a segurança dos indivíduos visados, das suas famílias e suas comunidades, resultando na censura, na redução do espaço cívico e na erosão dos valores democráticos, e representa uma clara ameaça ao direito a um ambiente saudável. Os governos têm a responsabilidade de proteger os direitos dos indivíduos e das comunidades que trabalham para defender o direito a um ambiente saudável e os direitos da natureza.

O projeto Resistência e resiliência: respostas colaborativas a ataques online contra defensores ambientais terá a duração de três anos (2024-2026) e apoiará pesquisas aprofundadas sobre o alcance e os impactos da desinformação online e dos ataques contra defensores ambientais no Brasil, nas Filipinas, no México e no Quênia, com foco em comunidades indígenas, tradicionais e locais.

Compreender como recuperar o espaço cívico para enfrentar a emergência climática incluirá a documentação e a comunicação dos ataques online contra os defensores ambientais e seus territórios, bem como análises e pesquisas sobre o seu

âmbito e impacto. Assim, a pesquisa busca não só realizar atividades de formação em temas-chave nas comunidades impactadas, bem como aprofundar estudos de caso e gerar subsídios para que as próprias comunidades possam realizar ações concretas de enfrentamento e resistência em seus territórios de atuação.

O projeto apoiará organizações locais nos quatro países no desenvolvimento de ferramentas de avaliação que sejam culturalmente relevantes e respondam às necessidades específicas dos países e das comunidades. Com base nos resultados das investigações e na identificação de tendências comuns provenientes dos estudos a nível nacional, o projeto explorará as respostas aos ataques online, à desinformação e ao encerramento do espaço cívico online.

Os resultados incluirão propostas de políticas e recomendações aos governos nacionais, empresas de tecnologias e instâncias de governança regionais e globais. Pretende-se também formar alianças numa rede global para refletir sobre os resultados da pesquisa, construir uma agenda política global e identificar oportunidades para colaboração futura.

Globalmente, o projeto é liderado pela Associação para o Progresso das Comunicações – APC (<https://www.apc.org/en>) em parceria com as seguintes entidades: Indigenous Peoples Rights International – IPRI (<https://iprights.org/index.php/en/>), que apoiará o projeto globalmente e desenvolverá a pesquisa no México; Manila Observatory through the KLIMA Centre – MO-KLIMA (<https://www.observatory.ph/>), que desenvolverá o projeto nas Filipinas; Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (<https://intervozes.org.br/>), responsável pelo projeto no Brasil; e Ogiek Peoples' Development Program – OPDP (<https://ogiekpeoples.org/>), que fará o projeto no Quênia. O financiamento é do International Development Research Centre – IDRC (<https://idrc-crddi.ca/en>).

A iniciativa conta também com um Conselho de Especialistas formado por 8 pessoas, duas de cada país, podendo ou não ser integrantes das comunidades indígenas e tradicionais parceiras. No Brasil, o Intervozes desenvolve o projeto em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), dando continuidade às ações de fortalecimento da comunicação como um direito que apoia a luta das comunidades tradicionais no Norte e no Nordeste do Brasil. Para isso, a organização do trabalho é feita de forma compartilhada entre as três organizações.

A pesquisa está sendo realizada em dois estados no Norte e dois estados no Nordeste. No Norte, o foco são comunidades indígenas no Amazonas e no Acre. No Nordeste, comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto na Bahia e comunidades tradicionais na Paraíba. Em comum, essas comunidades têm defendido seus territórios contra a ação violenta da mineração, das energias renováveis e do agronegócio.

A referida autora deste artigo é uma das pesquisadoras colaboradas no estudo, em diálogo com as organizações dos estados da Paraíba e Bahia no Nordeste. Com isso, busca, na primeira fase dos estudos, levantar o estado da arte das temáticas que contemplam o escopo do projeto, articulando temas-chave como comunicação para o desenvolvimento (TAUK SANTOS, 2021), TICs, sistemas de mídia (QUEIROZ, 2018) articulação em rede e comunicação popular e comunitária (REIS, 2018), e é neste ponto que converge, ainda que de modo muito inicial, o que se pretende apresentar neste primeiro artigo.

REFERÊNCIAS

LIMA, Nataly de Queiroz. **Direitos em bits: redes sociais, comunicação e incidência política na Marcha das Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita**. 251f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.

REIS, Mariana. **Comunicação, Cultura e Mobilização Comunitária**. Curitiba: Ed. Appris, 2018.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação para o Desenvolvimento na matriz teórica dos Estudos Culturais**. Latin American Journal of Business Management, v. 12 n. 2 (2021).

